

Alentejo 2030

“Desafiar o Futuro”

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A
ESTRATÉGIA NACIONAL
PORTUGAL 2030

SÍNTESE

março de 2018



ÍNDICE

| | |
|--|----------|
| APRESENTAÇÃO | 2 |
| I - DESAFIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O ALENTEJO NO PERÍODO 2020-2030 | 3 |
| <i>I.1 Do Diagnóstico prospetivo Regional aos Desafios Estratégicos</i> | 3 |
| <i>I.2. Desafios Estratégicos e Prioridades de intervenção para o Alentejo no período 2020-2030, no enquadramento de Objetivos de Política de Coesão pós-2020</i> | 4 |
| <i>I.3. Prioridades de intervenção para o Alentejo no período 2020-2030 no enquadramento dos Objetivos de Política de Coesão pós-2020.....</i> | 6 |

APRESENTAÇÃO

A elaboração do **Contributo Regional do Alentejo para a Estratégia Portugal 2030**, em resposta ao desafio do Senhor 1º Ministro lançado ao Conselho Regional, ocorre num período de transformação acentuada do território do Alentejo, fruto de renovadas dinâmicas de investimento no plano económico-productivo, mas também de evolução em matéria de alterações climáticas e de desertificação física e social que atinge várias sub-regiões.

No horizonte 2030, a Região e o seu sistema de atores (públicos, associativos e privados) está confrontada com um conjunto de Desafios Estratégicos, identificados no Contributo Regional, que procuram combinar:

- Respostas de aprofundamento das dinâmicas económico-empresariais de Clusters de especialização regional, com apreciável inserção em Clusters de Competitividade do País, dotados de ativos estratégicos, inovação e capacidade reconhecida de internacionalização (sobretudo, Turismo e Património, Agro-alimentar, Recursos Minerais e Aeronáutica);
- Respostas de mitigação e outras às restrições climáticas e demográficas e à necessidade de contribuir para a sustentabilidade e uso eficiente de recursos, desde logo, da água, solos e biodiversidade dos ecossistemas mediterrânicos que integram a matriz de ativos regionais.

A identificação de respostas na ótica do interesse regional (constante do Contributo) beneficia da convergência virtuosa:

- Da Revisão do PNPOT, que contempla a compreensão e intervenção em torno das mudanças críticas identificadas (Ambientais e Climáticas, Sociodemográficas, Tecnológicas, Económicas e Sociais); e
- Da preparação de um novo ciclo da Política de Coesão pós-2020 que acolhe entre os Objetivos/ Domínios de Intervenção (nas vertentes da Convergência e Emprego e Convergência e Coesão) vetores de proposta do Governo que acomodam aquelas respostas enquadrando preocupações dos agentes regionais norteadas pelas traves mestras da sustentabilidade, da inovação, da competitividade, e da qualificação de competências.

O **Contributo Regional do Alentejo** apropria à luz do interesse estratégico regional, ou seja, territorializa importantes perspetivas do desenho das políticas públicas que vão enquadrar o período 2020-2030, as quais deverão beneficiar de recursos de investimento público nacional e da afetação da adicionalidade resultante do acesso seletivo aos financiamento enquadrados pelos FEEI.

I - DESAFIOS E PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA O ALENTEJO NO PERÍODO 2020-2030

I.1 Do Diagnóstico Prospetivo Regional aos Desafios Estratégicos

O Contributo Regional para a Estratégia Nacional 2030 é construído a partir de um Diagnóstico prospetivo regional cujos traços principais sinteticamente se apresentam:

| Ativos estratégicos | Fatores condicionantes |
|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> • Posicionamento geoestratégico na relação entre a fachada atlântica e a fronteira, com proximidade à AM Lisboa; • Dotação de infraestruturas de logística e transporte marítimo de escala internacional; • Amenidades urbano-ambientais do território, incluindo uma rede de cidades médias com centros históricos de qualidade; • Recursos naturais do solo e sub-solo, com tradição renovada de aproveitamento económico, incluindo os sistemas culturais mediterrânicos; • Fileiras de especialização económico-produtiva com capacidade exportadora (Recursos Minerais; Montado de Sobro; Agro-alimentar; Aeronáutica; Produtos Turísticos). | <ul style="list-style-type: none"> • Vitalidade demográfica comprometida, na ausência de saldos migratórios positivos de população ativa, com implicações negativas na requalificação e desenvolvimento do tecido económico-empresarial; • Níveis de desertificação física com erosão dos solos e perda de biodiversidade; • Vulnerabilidade da orla costeira; • Dinâmica das alterações climáticas (aumento da temperatura, diminuição da pluviosidade...); • Limitações dos sistemas e redes com potencial de transferência de tecnologia e de aplicação económica do conhecimento; • Escassez de mão-de-obra adaptada às necessidades, existentes e emergentes, do mercado de trabalho; • Desvitalização social e económica com encerramento de funções administrativas e económicas, condicionando o potencial para atrair e fixar novos residentes, indispensáveis à revitalização do Território; • Mobilidade intra-regional reduzida afetada por sistemas de transportes públicos inadequados às necessidades dos fluxos económicos pendulares; • Sustentabilidade problemática das redes de saúde e proteção social. |
| Tendências pesadas | Tendências mais recentes |
| <ul style="list-style-type: none"> • Afirmação das grandes infraestruturas como motores de crescimento (reservas estratégicas de água, redes rodo-ferroviárias, complexo portuário e logístico de transporte e distribuição); • Despovoamento e declínio económico dos territórios de muito baixa densidade; • Transformação dos padrões de uso da terra, com a emergência das novas agriculturas que beneficiam da existência de água; • Estruturação de produtos turísticos com potencial de procura crescente dirigida aos vários Alentejos, e com efeitos induzidos sobre as atividades agro-alimentares, de reabilitação urbana e valorização do património. | <ul style="list-style-type: none"> • Investimento público na infraestruturização de pólos de I&DT em áreas de especialização regional (TIC, Tecnologias do Ambiente, do Solo e da Água, Biotecnologias e sistemas culturais mediterrânicos, e Ciências do Património); • Estruturação do Cluster Aeronáutica, Espaço e Defesa com componentes produtivas (aeronaves tripuladas e não tripuladas - drones e peças acessórias) e de formação de vários segmentos profissionais com procura crescente; • Investimentos na Energia fotovoltaica; • Afirmação de trajetórias sub-regionais diferenciadas de crescimento económico e oportunidades de emprego. |

Este conjunto denso e dinâmico de vetores, presentes e prospetiváveis no Alentejo, fundamenta a identificação de **Desafios estratégicos no horizonte pós-2020**.

Desafios Estratégicos

1. Revitalização demográfica e mitigação dos efeitos penalizadores do duplo envelhecimento/Atração de investimento - emprego - residentes
2. Sustentabilidade do Desenvolvimento Regional - Mitigação de riscos ambientais e Gestão da Água
3. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo
4. Alargamento da base territorial da competitividade, combinando a valorização económica integrada de recursos e ativos estratégicos
5. Reforço do sistema urbano regional e da integração dos recursos / ativos urbanos e rurais de excelência ambiental.

1.2. Desafios e Objetivos Estratégicos e Específicos para o Alentejo no período 2020-2030, no enquadramento de Objetivos de Política de Coesão pós-2020

As tabelas seguintes são construídas tendo presente o posicionamento e proposta de Objetivos/Domínios Transversais e com Incidência Territorial (*Convergência e Emprego; Convergência e Coesão*) e sistematizam o alinhamento com os **Objetivos específicos**, na ótica da construção gradual de respostas aos principais Desafios estratégicos para o Alentejo 2030.

MATRIZ DE RELAÇÃO OBJETIVOS/DOMÍNIOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO, SEGUNDO OS DESAFIOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O ALENTEJO 2030

| POLÍTICA DE COESÃO PÓS 2020 | | ALENTEJO 2030 | |
|--------------------------------------|---|--|--|
| OBJETIVOS TRANSVERSAIS | DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | DESAFIOS ESTRATÉGICOS/ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS |
| I. Inovação e Conhecimento | Inovação empresarial | 3. Consolidação do Sistema Regional de Inovação e Ajustamento dinâmico da oferta de competências para um novo paradigma produtivo [Criar as bases de um novo paradigma produtivo para a Região com consolidação do seu Sistema Regional de Inovação, estratégia de especialização inteligente e da sua capacidade de formação de competências] | <ul style="list-style-type: none"> • Revitalização do SRTT • Reorganização da oferta educativa • Planeamento e programação da oferta de formação profissional. • Formação de competências orientada para a procura dos setores de especialização • Incentivo à contratação de recursos humanos qualificados pelas empresas e outras organizações |
| | Conhecimento e base científica | | |
| II. Qualificação, Formação e Emprego | Qualificação e formação | | |
| | Emprego | | |
| III. Sustentabilidade demográfica | Promoção das condições de melhoria do saldo natural | 1. Revitalização demográfica e mitigação dos efeitos penalizadores do duplo envelhecimento; atracção de investimento - emprego – residentes [Mitigar os efeitos do duplo envelhecimento por via da uma estratégia integrada de investimento - emprego - residentes] | <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Atracção de Residentes de base regional • Promoção da empregabilidade de diplomados das IES regionais • Enquadramento de fluxos de mão-de-obra imigrante, na ótica da fixação • Monitorização da implementação e resultados das medidas de política pública orientadas para a sustentabilidade demográfica • Conceção e gestão de um Instrumento integrado de promoção externa e captação de IDE • Promoção da notoriedade da Região. |
| | Reforço da conciliação vida familiar e vida laboral-avaliação da rede de serviços às famílias | | |
| | Melhoria dos saldos migratórios | | |

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGAL 2030

**MATRIZ DE RELAÇÃO OBJETIVOS/DOMÍNIOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E COESÃO,
SEGUNDO OS DESAFIOS E OBJETIVOS ESPECÍFICOS PARA O ALENTEJO 2030**

| POLÍTICA DE COESÃO PÓS 2020 | | ALENTEJO 2030 | |
|--|---|---|--|
| OBJETIVOS TERRITORIAIS | DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO | DESAFIOS ESTRATÉGICOS/ OBJETIVOS ESTRATÉGICOS | OBJETIVOS ESPECÍFICOS |
| IV. Energia e Alterações Climáticas | <i>Cidades Inteligentes e Eficientes</i> | 2. Sustentabilidade do desenvolvimento regional - mitigação de riscos ambientais e gestão da água [Promover modelos de afetação de recursos e de investimento que incorporem proativamente as alterações climáticas e a utilização eficiente da água] | <ul style="list-style-type: none"> • Conceção, desenvolvimento e monitorização de instrumentos de planeamento, programação e ação para a sustentabilidade • Promoção do uso eficiente do capital natural • Estimulo à otimização e eficiência dos perímetros de rega • Desenvolvimento de investigação científica nos domínios da desertificação física e social, adaptação às alterações climáticas e gestão da água • Desenvolvimento de soluções orientadas para a obtenção de ganhos de eficiência energética e de poupança de água • Reforço das reservas estratégicas de água • Valorização socioeconómica dos serviços prestados e externalidades dos ecossistemas. |
| | <i>Transição energética</i> | | |
| V. Economia do Mar | <i>Valor Acrescentado dos produtos da Pesca e da Aquicultura</i> | D4. Alargamento da base territorial da competitividade, combinando a valorização económica integrada de recursos e ativos estratégicos [Mobilizar intensa, integrada e alargadamente recursos e ativos estratégicos de todo o território da Região] | <ul style="list-style-type: none"> • Estruturação e desenvolvimento do Cluster Agroalimentar • Reforço da expressão regional do Alentejo no Cluster da Aeronáutica, Espaço e Defesa • Qualificação dos produtos turísticos do Alentejo-Ribatejo • Desenvolvimento económico do Cluster Portugal Mineral Resources (Pedra Natural e Minerais metálicos e não metálicos), abrangendo a mitigação dos passivos ambientais existentes • Revisão/alinhamento da EREI do Alentejo • Qualificação das Áreas de Acolhimento Empresarial e de Logística • Construção de ligações rodoviárias e de interfaces à Linha Ferroviária Sines-Elvas/Caia e de acesso à Plataforma Logística do Caia • Dinamização da cooperação transfronteiriça, nas componentes da Economia, do Emprego e da Proteção Social • Promoção da competitividade económica dos aglomerados de suporte às áreas rurais • Criação de centros de recursos de suporte ao empreendedorismo focado na valorização de recursos endógenos (abordagens DLBC e PROVERE) • Assistência técnica qualificada para a promoção e capacitação do desenvolvimento e o emprego nos Territórios de Baixa Densidade • Promoção de intervenções de requalificação e regeneração urbana • Robustecer a dimensão funcional dos centros urbanos estruturantes, numa perspetiva de qualificação, especialização e complementaridade • Melhoria da conectividade interna • Racionalização e qualificação da rede pública de equipamentos e serviços de proximidade • Qualificação do sistema regional de saúde • Constituição de plataformas colaborativas transfronteiriças no domínio da mobilidade e do acesso a serviços. |
| | <i>Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade</i> | | |
| | <i>Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo</i> | | |
| | <i>Projeção externa da faixa atlântica</i> | | |
| VI. Redes e Mercados Externos | <i>Competitividade dos territórios urbanos</i> | | |
| | <i>Inserção territorial no Mercado Ibérico</i> | | |
| VII. Competitividade e Coesão dos Territórios de Baixa Densidade | <i>Crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno</i> | D5. Reforço do sistema urbano regional e da integração dos recursos/ativos urbanos e rurais de excelência ambiental [Promover a inimitabilidade sustentável do sistema urbano da Região simultaneamente como fator de competitividade e coesão territorial] | |
| | <i>Diversificação da base económica</i> | | |
| | <i>Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos, potenciando ligações rural-urbano</i> | | |
| VIII. Agricultura e Florestas | <i>Aposta no desenvolvimento agrícola competitivo e no regadio</i> | | |
| | <i>Reforço do potencial económico da floresta</i> | | |
| | <i>Resiliência e prevenção de riscos</i> | | |

1.3. Prioridades de intervenção para o Alentejo no período 2020-2030 no enquadramento dos Objetivos de Política de Coesão pós-2020

As tabelas seguintes sistematizam o alinhamento das Linhas de Intervenção para o Alentejo 2030 à luz da estrutura de Objetivos/Domínios Transversais e com Incidência Territorial (*Convergência e Emprego; Convergência e Coesão*) da Política de Coesão pós 2020.

CONTRIBUTOS ESPECÍFICOS PARA OS DOMÍNIOS/ OBJETIVOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO
DA POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020

| Domínios da Política Coesão | Linhas de Intervenção |
|-----------------------------------|---|
| I. Inovação e Conhecimento | |
| <i>Inovação empresarial</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Revisão/ relançamento do SRTT (PACT, RRTT, incubadoras e outras infraestruturas de C&T, objeto de Mapeamento) • Estruturação de redes de conhecimento em áreas de especialização económica regional • Revisão e realinhamento da RIS 3 Alentejo em função das dinâmicas de investimento observadas e dos resultados de aplicação da abordagem na programação 2014-2020 • Apoio a iniciativas de carácter estratégico e infraestrutural de suporte à criação e instalação de empresas em incubadoras de base tecnológica • Dinamização da Aceleradora de Empresas em Tecnologias Críticas, e Mobilidade Inteligente • Apoios ao lançamento de “spin-offs” e “start-ups” e de capital de risco para a inovação empresarial • Bolsas para realização de Mestrados e Doutoramentos em contexto empresarial • Concursos específicos de apoio a investimento empresarial cuja clusterização interessa reforçar na Região • Implementação da Agenda de Transformação Digital para o Alentejo, com aplicação transversal a setores estratégicos para a Região (agricultura de precisão, conhecimento de perfis de procura de serviços e de distribuição de turistas no território, instalação de WIFI gratuita nos centros urbanos e locais de interesse turístico) • Criação de uma Big Data para o Turismo Regional (plataforma de conhecimento e de marketing turístico e instrumento para atenuar a sazonalidade e gerir a pressão turística em áreas mais saturadas) • Dinamização do Observatório do Turismo Sustentável do Alentejo reconhecido pela Organização Mundial do Turismo - projeto partilhado pela Entidade Regional de Turismo e Instituições do Ensino Superior • Desenvolvimento da Parceria Alentejo para o setor Aeronáutico (envolvendo entidades regionais, setoriais do AED Cluster Portugal, IAPMEI e AICEP), em ações orientadas para a atração de investimentos das empresas, da Aeronáutica. • Negociação de contrapartidas envolvendo uma maior participação das empresas-âncora na clusterização de atividades da Aeronáutica • Dinamização da atração de empresas focadas nas componentes de fabricação do AED Cluster de modo a adensar os elos de relação com a cadeia de valor, em torno de ramos de atividade com maior potencial empregador e com empregos-tipo que possam ampliar as respostas regionais de recrutamento. |

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGAL 2030

CONTRIBUTOS ESPECÍFICOS PARA OS DOMÍNIOS/ OBJETIVOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E EMPREGO DA POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020

| Domínios da Política Coesão | Linhas de Intervenção |
|--|--|
| <i>I. Inovação e Conhecimento</i> | |
| <i>Conhecimento base científica</i> e | <ul style="list-style-type: none"> • Participação das instituições de I&D regionais nas Agendas Temáticas de Investigação e Inovação, sobretudo em Domínios da Especialização Regional (Agro-alimentar, Florestas e Biodiversidade; Ciência urbana e Cidades para o futuro; Cultura e Património cultural; Economia circular; e Turismo, Hospitalidade e Gestão do Lazer) • Programas de Investigação orientados para as AC's e o Uso Eficiente da Água, incluindo investigação no âmbito da reciclagem de águas de uso doméstico • Avaliação da viabilidade da criação de um Centro de Investigação nas áreas da Agricultura, Água e Energia • Investigação, experimentação e inovação em culturas de regadio, montado, áreas protegidas e territórios de muito baixa densidade • Investimentos em I&D, experimentação e inovação: Realização de projetos conjuntos entre empresas e Centros de I&D para realizar investigação aplicada nas áreas da agricultura de regadio, transformação e criação de novos produtos • Promoção de apoios à investigação para a segurança alimentar, com certificação de produtos endógenos e tradicionais. |
| <i>II. Qualificação, Formação e Emprego</i> | |
| <i>Qualificação e Formação</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Coordenação regional da oferta formativa em áreas de especialização económica regional, do ensino básico à formação superior, incluindo o ensino profissional e os TeSP • Constituição de uma rede e sistema de acompanhamento de necessidades de formação para resposta ágil e atempada em função de solicitações decorrentes de projetos de acolhimento de novo investimento empresarial • Organização de fileiras de formação ao longo da vida que respondam aos perfis de procura das empresas nos setores estratégicos da economia regional e contribuam para a diversificação das valências de formação das entidades regionais (IES, Centros de Formação do IEFP) abrangendo diferentes níveis de formação (IV, V e VI) |
| <i>Emprego</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de projetos de Inteligência competitiva envolvendo a indústria e as instituições de ensino (Básico, Secundário e Superior) • Programas de formação e capacitação para instituições dinamizadoras da animação local para o desenvolvimento, com criação de centros de recursos de suporte à atividade • Criação de centros de recursos de suporte ao empreendedorismo focado na valorização de recursos endógenos • Conceção e implementação de Programas Intermunicipais de Educação Ambiental. • Pactos Territoriais para a Empregabilidade |

| Domínios da Política Coesão | Linhas de Intervenção |
|---|--|
| III. Sustentabilidade demográfica | |
| <p><i>Promoção das condições necessárias à melhoria do saldo natural</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Atração de Residentes (nível regional e sua declinação no âmbito das prioridades de nível sub-regional - EIDT), incluindo apoios às empresas em matéria de estratégias empresariais de conciliação da vida profissional e da família • Plano de Comunicação para a atração de residentes, partilhado por toda a Região • Apoio a projetos de melhoria de condições de mobilidade entre centros urbanos • Dinamização do mercado de 2ª habitação para séniores nos aglomerados urbanos. • Programa Integrado de Promoção Externa e Captação (PIPEC) de IDE • Plano de comunicação de notoriedade da Região com diferenciação pelas áreas das CIM's, integrados por um conceito e uma imagem globais • Promoção internacional integrada do Alentejo - combinação do turismo com outras narrativas e "setores bandeira" da Região (agro-alimentar - vinhos, azeite, ...). |
| <p><i>Reforço da conciliação entre a vida familiar e a vida laboral: e.g. avaliação da rede de serviços às famílias</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Conceção e execução de políticas de habitação municipais (recuperação de edifícios nos centros históricos, requalificação de habitação típica alentejana, dinamização do mercado de arrendamento, construção a custos controlados, ...) • Criação de serviços de apoio ajustados às necessidades de famílias jovens: creches e jardins de infância que assegurem cobertura ampla de rede e com flexibilidade de horários; unidades de saúde, ... • Intervenções de política municipal subordinadas ao quadro regional e sub-regional em que se inserem, designadamente a organização dos serviços municipais (habitação, educação, saúde, atendimento e acompanhamento personalizado de projetos de reinstalação) para o acolhimento de novos residentes. |
| <p><i>Melhoria dos saldos migratórios</i></p> | <ul style="list-style-type: none"> • Atração de escolas internacionais para a área de influência de concelhos com forte presença de investimento estrangeiro e/ ou imigrantes contribuindo para a retenção de quadros e famílias • Coordenação de atuações no seio do Serviço Público de Emprego (a nível supra-regional) estimulando a mobilidade profissional e geográfica. |

CONTRIBUTO REGIONAL PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL PORTUGAL 2030

**CONTRIBUTOS ESPECÍFICOS PARA OS DOMÍNIOS/ OBJETIVOS DA COMPETITIVIDADE PARA A CONVERGÊNCIA E COESÃO
DA POLÍTICA DE COESÃO PÓS-2020**

| Domínios da Política Coesão | Linhas de Intervenção |
|--|---|
| IV. Energia e Alterações Climáticas | |
| <i>Cidades Inteligentes e Eficientes</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Eficiência energética nos equipamentos públicos e coletivos, no espaço urbano e no setor residencial, no quadro de processos de reabilitação e recuperação de áreas ou edifícios de interesse histórico e cultural • Apoio a programas de economia circular nas cidades • Programa-piloto transfronteiriço de economia circular para combate às alterações climáticas • Apoio à implementação de energias renováveis e promoção da eficiência energética em equipamentos e infraestruturas públicas |
| <i>Transição energética</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Adoção de Plano de Mobilidade Eléctrica para o Turismo com estímulo à criação de frotas locais e sub-regionais de veículos para uso dos visitantes, compreendendo a instalação de postos de carregamento rápidos junto às unidades de alojamento • Execução do Plano Regional de Adaptação às AC's e das Medidas e Linhas de Ação dos Planos Intermunicipais. |
| V. Economia do Mar | |
| <i>Valor Acrescentado dos produtos da pesca e da aquicultura</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Consolidar a fileira da pesca e da produção aquícola e adaptar a capacidade de transformação do pescado ao potencial crescimento produtivo da aquicultura • Incentivar a concentração da oferta e a organização dos produtores de pescado • Programa de apoio à capacitação da pesca artesanal e de criação de mecanismos de comercialização. |
| <i>I&I e exploração de novos recursos e novas aplicações</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Participação em redes internacionais de I&DT na área da gestão sustentável de recursos piscícolas e biodiversidade marítima • Apoiar as PME's em áreas e serviços de TIC associados às atividades marítimas e à transformação sustentável de recursos. |
| <i>Utilização eficiente dos recursos e promoção da biodiversidade</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver o setor energético, através de energias renováveis "offshore" • Melhorar as acessibilidades tecnológicas e fomentar a utilização de soluções inovadoras sob a forma de serviços partilhados. |
| <i>Melhoria da competitividade do sistema portuário e do transporte marítimo</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Novos investimentos no Complexo portuário de Sines • Promover o transporte marítimo "(deepseashipping", "short seashipping" e auto-estradas do mar), em articulação com o Porto de Sines e as plataformas multimodais. |
| VI. Redes e Mercados Externos | |
| <i>Competitividade dos territórios urbanos</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Apoio a soluções inovadoras de requalificação dos centros urbanos e regeneração económica orientadas para a satisfação integrada das necessidades dos residentes e dos turistas (equipamentos e serviços) • Iniciativas integradas de recuperação de bolsas de património edificado urbano, experimentando modelos a utilizar na recuperação de centros históricos • Dinamização da fileira das indústrias criativas orientada para a produção de conteúdos, serviços culturais e outros que alimentam as redes de suporte à estadia dos visitantes e turistas • Dinamização de soluções de certificação de bens culturais • Implementação dos objetivos e das Linhas de Ação previstas nos PAMUS's sub-regionais • Cobertura da infraestrutura de banda larga segundo, as metas da Agenda Portugal Digital • Qualificação do sistema regional de saúde • Programas de animação e comunicação de territórios estruturados a partir de centros urbanos. |

| Domínios da Política Coesão | Linhas de Intervenção |
|---|--|
| VI. Redes e Mercados Externos | |
| <i>Projeção externa da faixa atlântica</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Internacionalização do complexo económico e logístico de Sines |
| <i>Inserção territorial no Mercado Ibérico</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Modernização e eletrificação da Linha ferroviária do Leste • Conclusão de eixos rodoviários vitais para a articulação do território • Cooperação no seio do Eurocidade Elvas/Campo Maior-Badajoz (I&DT, Educação, Cultura e Economia) • Constituição de “plataformas colaborativas transfronteiriças”. |
| VII. Competitividade e Coesão dos Territórios de Baixa Densidade | |
| <i>Crescimento económico e emprego com base no potencial endógeno</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Programa de valorização económica de recursos ainda não aproveitados em termos de competitividade regional, designadamente na área do desenvolvimento turístico, integrando contributos de investimento em conhecimento, apoios ao investimento e empreendedorismo e à internacionalização • Aprofundamento da cadeia de valor das atividades da Pedra Natural (Zona dos Mármore e granitos do Alto Alentejo), com incorporação de conhecimento para criar novos materiais compósitos • Criação de “Fablabs” e residências artísticas, tendo por suporte um eco-sistema de amenidades urbanas e ambientais, em articulação com a promoção turística e a internacionalização das cidades • Investimentos nas empresas de comercialização, transformação e logística - Apoio à organização dos produtores para a transformação e comercialização; e Investimentos em infraestruturas de apoio à transformação e/ou comercialização dos produtos • Centros de Competências e de Acolhimento Empresarial e Logístico para empresas agro-alimentares • Valorização dos recursos agrícolas gerados pelos novos perímetros de rega (culturas e atividades agro-alimentares, com reforço do valor acrescentado no território). |
| <i>Diversificação da base económica</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento e recuperação das escombrelas, e demais passivos ambientais (Zonas dos Mármore e Faixa Piritosa) • Formação de mediadores de desenvolvimento para organizar uma Rede Regional de Mediação (animação económica, qualificação de promotores e apoio à valorização das artes, ofícios e produtos do Alentejo) • Qualificação e Animação económica do Património rural • Valorização do património histórico-cultural dos territórios com reutilização de equipamentos desativados ao serviço de projetos públicos (uso e fruição turística) • Dinamização socioeconómica dos territórios e das economias rurais (circuitos curtos de comercialização, valorização da dieta mediterrânica, ...) • Estruturação de rotas e itinerários experienciais direcionados para produtos de nicho com forte valorização internacional (seniores, turismo acessível, património material e imaterial reconhecido pela UNESCO) • Reconversão das acessibilidades ferroviárias com reutilização para fins turísticos de infraestruturas desativadas, criando rede de ciclovias e rotas pedonais, com ligação entre as já existentes • Dinamização de processos de requalificação de alojamentos para uso turístico, que os posicione em segmentos de maior valor acrescentado • Revisão, atualização e monitorização de um eficaz sistema de sinalização das principais atrações e rotas (turismo cultural e de natureza) • Dinamização de projetos turísticos que combinem recursos de paisagem e ambiente e património (arqueológico, edificado com valia arquitetónica, ...) estruturados e diferenciadores (turismo ambiental e científico). |

| Domínios da Política Coesão | Linhas de Intervenção |
|---|--|
| VII. Competitividade e Coesão dos Territórios de Baixa Densidade | |
| <i>Otimização da gestão e prestação em rede dos serviços coletivos existentes - ligações rural-urbano</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Programa de reorganização e capacitação de serviços públicos em territórios de muito baixa densidade • Qualificação da Rede Regional de Equipamentos sociais • Qualificação da rede institucional de serviços coletivos e de equipamentos de proximidade • Adoção de soluções inovadoras de carácter móvel e outras que possibilitem a melhoria de acessibilidades aos serviços e equipamentos, incluindo os de índole turística. |
| VIII. Agricultura e Florestas | |
| <i>Aposta no desenvolvimento agrícola competitivo e no regadio</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Promoção do uso eficiente da água de rega, incluindo os avisos de rega, a gestão da rega e auditorias aos sistemas de rega • Beneficiação das redes primária e secundária para minimizar as perdas de água nos canais de rega • Infraestruturas de rega: Conclusão das redes secundárias de rega e pequenas obras; Expansão das áreas regadas; Conclusão de Infraestruturas complementares associadas à rede de rega (p.e., rede viária; e eletrificação); e Investimentos de modernização de outros regadios públicos • Construção do Empreendedorismo Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato-Pisão (reserva estratégica de água e produção de energia hidráulica). • Programa de Combate às perdas de água • Investimentos na componente ambiental: Monitorização da qualidade da água, dos solos e da biodiversidade; Compensação ambiental; e Apoios diretos aos agricultores de regadio que se encontram em zonas vulneráveis por forma a adotarem práticas agrícolas ambientalmente sustentáveis |
| <i>Reforço do potencial económico da floresta</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Apoio na otimização e eficiência das áreas agrícolas e dos sistemas de regadio • Garantir a concretização e otimização dos perímetros de rega da Região • Programa de sensibilização das famílias e cidadãos para um uso eficiente da água. • Investimentos na extensão, demonstração e formação: Realização de ações para difundir novas práticas, técnicas e culturas, por forma a assegurar um melhor desenvolvimento da agricultura de regadio. • Modernização e melhoria das condições de competitividade da atividade agrícola do Alentejo de Sequeiro, abrangendo economia de montado e os seus recursos cinegéticos, pecuários e de pequenas fileiras. |
| <i>Resiliência e prevenção de riscos</i> | <ul style="list-style-type: none"> • Promoção da sustentabilidade dos sistemas agrícolas em áreas não regadas criando soluções para minorar os efeitos da seca através da adoção de práticas culturais e de espécies resilientes que assegurem a regeneração dos ecossistemas mediterrânicos. • Reforçar as capacidades de gestão face a riscos naturais e antrópicos • Promover a produção de informação e do conhecimento técnico e científico na área das alterações climáticas, riscos e uso eficiente de recursos. |